

MONTEIRO ARANHA S.A
Companhia Aberta
CNPJ 33.102.476/0001-92
NIRE Nº 33300108611

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2020**

A Administração da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das S.A., das normas da ICVM 481/09 e das normas da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480/09”), coloca à disposição dos Senhores Acionistas, os seguintes documentos:

- (i) Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (iii) Parecer dos auditores independentes;
- (iv) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (v) Proposta da Administração; e
- (vi) Boletim de voto a distância

Os documentos acima relacionados foram apresentados à CVM e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu site (www.monteiroaranha.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Esses documentos são necessários para a adequada informação sobre as matérias constantes da ordem do dia, abaixo discriminadas, relativa à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2020, às 9h00 (horário de Brasília), na sede da Companhia (“Assembleia Ordinária”):

- (i) Examinar e deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração, e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 acompanhadas do parecer dos auditores independentes;
- (ii) Deliberar sobre a revisão anual do orçamento de capital;
- (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e
- (iv) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos administradores.

A Companhia, atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em especial a Instrução de nº 481/09, e alterações, possibilitará o exercício do voto a distância na Assembleia Geral Ordinária. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia ou (ii) transmitir as instruções de voto ao escriturador ou ao agente de custódia.

Informações Gerais para participação na Assembleia Geral:

Para participar da Assembleia, os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar, além de documento de identidade com foto e dos atos societários que comprovem a representação legal, conforme o caso: (a) comprovante expedido pela instituição escrituradora ou agente custodiante com até 3 (três) dias de antecedência da data da Assembleia; (b) instrumento de outorga de poderes de representação com firma reconhecida; e (c) para os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, extrato da respectiva participação, emitido pelo órgão competente.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: Carteira de Identidade de Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida.

O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada, devidamente registrada: (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia e (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o acionista.

O representante de fundo de investimento, administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo, além dos documentos acima relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento, devidamente registrado.

Os documentos expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país emissor não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta, e devidamente registrados.

Para a participação por meio de procurador, a outorga dos poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos da Lei 6.404/76 e do Código Civil, sendo que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por

procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) as pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil.

Para melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita o depósito prévio de cópia dos documentos necessários para participação na Assembleia com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores (ri@monteiroaranha.com.br).

Rio de Janeiro, 25 de março de 2020.

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Senhores acionistas,

A Administração da Monteiro Aranha S.A (“Companhia” ou “MASA”) vem apresentar aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral, as propostas que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2020, às 9h00 (horário de Brasília) na sede da Companhia (“Assembleia Ordinária”):

Ordem do Dia:

(i) Examinar e deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração, e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, estão disponibilizados no site da Companhia (www.monteiroaranha.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

A Companhia apresenta abaixo os comentários dos diretores conforme a Instrução da CVM de nº 481/09.

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (Item 10 do Formulário de Referência)

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2019, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 576 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 16 milhões. Além disso, os Diretores da Companhia entendem que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem proporcionar recursos adicionais para suprir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2019 era de R\$ 215 milhões, composto, majoritariamente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 93 milhões), dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 8 milhões) e financiamentos (R\$ 105 milhões). O passivo não circulante era de R\$ 422 milhões composto, majoritariamente, por financiamentos (R\$ 249 milhões) e tributos diferidos (R\$ 163 milhões). O capital próprio da

Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado era de R\$ 1.068 milhões no final do exercício social de 2019.

Comparativo entre o ano base 2019 e o ano base 2018

Em 2019, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 1.068 milhões (R\$ 1.138 milhões em 2018), uma variação negativa de R\$ 70 milhões, explicada por um aumento nos ativos de R\$ 133 milhões e um aumento no passivo de R\$ 203 milhões.

Ao final do exercício de 2019, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 576 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 16 milhões. Em 2018, esse valor era de R\$ 503 milhões e R\$ 34 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2019 era de R\$ 215 milhões, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 93 milhões), dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 8 milhões) e empréstimos e financiamentos (R\$ 105 milhões), contra R\$ 153 milhões em 31 de dezembro de 2018, composto principalmente por obrigações com operações financeiras (R\$ 120 milhões), dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 18 milhões) e empréstimos e financiamentos (R\$ 8 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2019 era de R\$ 422 milhões, composto, principalmente, por financiamentos (R\$ 249 milhões) e tributos diferidos (R\$ 163 milhões) contra R\$ 282 milhões em 31 de dezembro de 2018, composto principalmente por financiamentos (R\$ 146 milhões) e tributos diferidos (R\$ 133 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 101 milhões em 2019 comparado com R\$ 45 milhões em 2018, um acréscimo de 124%, explicado principalmente (i) por um maior resultado de equivalência patrimonial (R\$ 7 Milhões) principalmente pelos maiores resultados da coligada Klabin S.A (R\$ 36 milhões) e das controladas em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A (R\$ 2 milhões) e Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ 1 milhão) compensados parcialmente pelo menor resultado da Ultrapar Participações S.A. (R\$ 33 milhões), (ii) pelo maior resultado de outras receitas/despesas líquidas (R\$ 16 milhões), (iii) pelo maior resultado no valor realizável líquido de estoque (R\$ 11 milhões) e (iv) pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 15 milhões).

Comparativo entre o ano base 2018 e o ano base 2017

Em 2018, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 1.138 milhões (R\$ 1.322 milhões em 2017), uma variação negativa de R\$ 184 milhões, explicada por uma redução nos ativos de R\$ 56 milhões e um aumento no passivo de R\$ 128 milhões.

Ao final do exercício de 2018, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 503 milhões e saldo de contas a receber

de curto prazo de R\$ 34 milhões. Em 2017, esse valor era de R\$ 493 milhões e R\$ 19 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2018 era de R\$ 155 milhões contra R\$ 160 milhões em 31 de dezembro de 2017, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 122 milhões), dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 18 milhões) e financiamentos (R\$ 8 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2018 era de R\$ 282 milhões contra R\$ 146 milhões em 31 de dezembro de 2017, composto, principalmente, por financiamentos (R\$ 146 milhões) e tributos diferidos (R\$ 133 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 41 milhões em 2018 comparado com R\$ 141 milhões em 2017, um decréscimo de 71%, explicado principalmente (i) pelo menor resultado de equivalência patrimonial das coligadas Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. e da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 56 milhões), (ii) por menores outras receitas/despesas operacionais (R\$ 14 milhões) e (iii) por maiores impostos diferidos devido à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia (R\$ 32 milhões).

Comparativo entre o ano base 2017 e o ano base 2016

Em 2017, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$1.322 milhões (R\$ 1.304 milhões em 2016), uma variação positiva de R\$18 milhões, explicada por um aumento nos ativos de R\$ 63 milhões parcialmente compensado por um aumento no passivo de R\$ 45 milhões.

Ao final do exercício de 2017, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 493 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 19 milhões. Em 2016, esse valor era de R\$ 403 milhões e R\$ 34 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 160 milhões contra R\$ 120 milhões em 31 de dezembro de 2016, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 141 milhões) e financiamentos (R\$ 12 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 146 milhões contra R\$ 142 milhões em 31 de dezembro de 2016, composto, principalmente, por tributos diferidos (R\$ 94 milhões) e financiamentos (R\$ 51 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 141 milhões em 2017 comparado a R\$ 211 milhões em 2016, um decréscimo de 33%, explicado principalmente pelo menor resultado de equivalência patrimonial da coligada Klabin S.A. (R\$ 147 milhões) e por outras despesas operacionais maiores (R\$ 64 milhões) devido, principalmente, a redução do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, que impactou o resultado da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A.

b) estrutura de capital

A Diretoria considera que a estrutura de capital da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, era adequada para suprir as suas necessidades. De acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado, era de R\$ 1.068 milhões. Por sua vez, o endividamento bruto era de R\$ 354 milhões e o caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 575 milhões, conseqüentemente o endividamento líquido era negativo em R\$ 221 milhões.

A tabela abaixo, extraída das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, oferece a composição completa do capital próprio e de terceiros da Companhia:

	R\$ milhões		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Capital de terceiros curto prazo	105	8	12
Capital de terceiros longo prazo	249	146	51
Total do capital de terceiros	354	154	63
Total do capital próprio	1068	1138	1322
Total do patrimônio líquido	1068	1138	1322

Endividamento

Em dezembro de 2019, os valores do endividamento de R\$ 354 milhões são compostos (i) pelos valores de R\$ 200 milhões captados via emissão de 200.000 debêntures com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento, a partir de Junho de 2023, em quatro parcelas semestrais e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, (ii) pelo saldo de R\$ 54 milhões do financiamento contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”, e por fim, (iii) pelo empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100 milhões) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

Em dezembro de 2018, o endividamento de R\$ 154 milhões refere-se ao saldo de R\$ 56 milhões do financiamento contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado à construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”, e ao empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100 milhões) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável

em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

Em dezembro de 2017, o endividamento de R\$ 63 milhões refere-se ao empréstimo contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia e suas controladas não apresentaram endividamento financeiro líquido ao final dos últimos três exercícios de 2019, 2018 e 2017, uma vez que os saldos de caixa, de equivalentes de caixa, e de títulos e valores mobiliários foram superiores aos financiamento e empréstimo contraídos, conforme exposto acima, e, portanto, a Administração acredita haver alta probabilidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia. Além disso, a Administração da Companhia entende que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem contribuir com recursos adicionais para suprir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foi a sua própria disponibilidade de recursos financeiros, financiamento e empréstimos, venda de ativos e geração de caixa de seus investimentos através principalmente do recebimento de proventos de suas coligadas.

Em 2019, a Companhia fez a emissão de 200.000 debêntures com valor total de R\$ 200 milhões com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações.

Também em 2019 a controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. assinou o Instrumento Particular de Aditamento, Modificação e Ratificação a Instrumento Particular com Garantia Hipotecária e Outras Avenças que alongou o prazo de pagamento do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças contratado em 2017 no valor total de R\$61 milhões para ser pago em 68 parcelas mensais com a primeira parcela em 2020.

Em 2018, a Companhia contratou empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano, com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais

(R\$ 100 milhões) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

Os recursos provenientes do financiamento e dos empréstimos acima foram direcionados para investimentos, operações financeiras e capital de giro da Companhia.

No decorrer do exercício social de 2017, a Companhia não contratou novos financiamentos ou empréstimos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função de sua disponibilidade de caixa e de aplicações financeiras e da geração de caixa decorrente de seus investimentos a Administração acredita que a Companhia não apresenta deficiências de liquidez. Contudo, a Administração entende que poderá, eventualmente, acessar o mercado de capitais através da obtenção de linhas de financiamento com instituições financeiras para capital de giro ou investimento, com taxas compatíveis com o mercado, tais como linhas de créditos de bancos, emissão de títulos no exterior, emissão de debêntures e cédulas de crédito bancário, entre outros, levando em consideração que a Companhia tem a possibilidade de oferecer garantias reais baseadas nos seus ativos existentes em 31 de dezembro de 2019.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:

Conforme os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios sociais, a Administração entende que a Companhia possui uma adequada estrutura de endividamento, que permite uma confortável situação de caixa para realização de suas atividades.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

A Companhia possui um contrato de financiamento e dois contratos de empréstimos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; a) Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças”. O limite contratado, em 31 de dezembro 2017, é de R\$ 61 milhões e destina-se ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”. Do valor contratado, foram utilizados 100%, sendo R\$ 16 milhões no ano de 2017 (26%), R\$ 21 milhões no ano de 2015 (34%) e R\$ 24 milhões no ano de 2016 (39%). A quitação do empréstimo ocorrerá em 68 parcelas mensais a partir de junho/2020, conforme Instrumento Particular de Aditamento, Modificação e Ratificação a Instrumento Particular com Garantia Hipotecária e Outras Avenças assinado em maio de 2019; b) Contrato de Empréstimo Internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva

de 1,1320% ao ano com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100 milhões) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano; c) Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações assinado em novembro de 2019, através da emissão de 200.000 debêntures com valor total de R\$ 200 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em Junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica

Em 2018, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Também durante o ano de 2018, um compromisso de R\$ 5 milhões assumido anteriormente pela Companhia com um FIP para investimento neste mesmo segmento foi cancelado devido a extinção do FIP. Esses fatos, em conjunto com os compromissos anteriormente assumidos em 2016 e 2017, levaram o valor total comprometido pela Companhia para R\$ 61 milhões. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 14 milhões nestes fundos.

Investimentos em Geração de Energia Elétrica

Em 2019, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte de até R\$ 32 milhões ao longo de cinco anos em Fundo de Investimento em Participações (FIPs) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 16 milhões neste fundo.

ii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Não há grau de subordinação contratual entre dívidas. As obrigações da Companhia registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, correspondentes aos três últimos exercícios sociais, deverão seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei n.º 11.101/2005 em caso de concurso de credores, qual seja: créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral, créditos quirografários, multas e créditos subordinados.

iii. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Não existem restrições impostas à Companhia em decorrência das dívidas contraídas, em relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas e à distribuição de dividendos. Em relação a emissão de novos valores mobiliários, existe restrição por um período de quatro meses a contar do encerramento da emissão do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações ocorrido em novembro de 2019 do mesmo tipo de debentures. Em relação à alienação de ativos e à alienação de controle societário, existe restrição à venda das ações dadas em garantia e à alienação ou troca do controle societário no Contrato de Empréstimo Internacional assinado em outubro de 2018 e no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações assinado em novembro de 2019. A Companhia vem cumprindo com as restrições acima mencionadas.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Conforme descrito acima, os financiamentos contratados pela Companhia são:

a) Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças”. O limite contratado, em 31 de dezembro 2017, é de R\$ 61 milhões e destina-se ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. De Março”. Do valor contratado, foram utilizados 100%, sendo R\$ 16 milhões no ano de 2017 (26%), R\$ 21 milhões no ano de 2015 (34%) e R\$ 24 milhões no ano de 2016 (39%). A quitação do empréstimo ocorrerá em 68 parcelas mensais a partir de junho/2020, conforme Instrumento Particular de Aditamento, Modificação e Ratificação a Instrumento Particular com Garantia Hipotecária e Outras Avenças assinado em Maio de 2019; b) Contrato de empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano, com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100.000) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano; c) Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações assinado em novembro de 2019, através da emissão de 200.000 debêntures com valor total de R\$ 200 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em Junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. Os recursos

provenientes dos financiamentos contratados pela Companhia já foram desembolsados em sua totalidade.

a) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resumo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os quadros a seguir representam as demonstrações do resultado e os balanços patrimoniais da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIÇÕES - AH	
	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	31/12/2019 e 31/12/2018	31/12/2018 e 31/12/2017
RECEITAS OPERACIONAIS								
Resultado de equivalência patrimonial	62.017	99%	55.214	94%	110.835	98%	12%	-50%
Outras receitas	926	1%	3.268	6%	1.966	2%	-72%	66%
	<u>62.943</u>	<u>100%</u>	<u>58.482</u>	<u>100%</u>	<u>112.801</u>	<u>100%</u>	<u>8%</u>	<u>-48%</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Gerais e administrativas	(50.095)	-80%	(50.940)	-87%	(41.484)	-37%	-2%	23%
Outras receitas operacionais, líquidas	40.317	64%	13.012	22%	27.375	24%	210%	-52%
	<u>(9.778)</u>	<u>-16%</u>	<u>(37.928)</u>	<u>-65%</u>	<u>(14.109)</u>	<u>-13%</u>	<u>-74%</u>	<u>169%</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO								
	<u>53.165</u>	<u>84%</u>	<u>20.554</u>	<u>35%</u>	<u>98.692</u>	<u>87%</u>	<u>159%</u>	<u>-79%</u>
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	299.808	476%	199.045	340%	101.981	90%	51%	95%
Despesas financeiras	(225.263)	-358%	(139.901)	-239%	(54.329)	-48%	61%	158%
	<u>74.545</u>	<u>118%</u>	<u>59.144</u>	<u>101%</u>	<u>47.652</u>	<u>42%</u>	<u>26%</u>	<u>24%</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
	<u>127.710</u>	<u>203%</u>	<u>79.698</u>	<u>136%</u>	<u>146.344</u>	<u>130%</u>	<u>60%</u>	<u>-46%</u>
IMPOSTO DE RENDA E CSLL								
IRPJ e CSLL corrente	(817)	-1%	(685)	-1%	(730)		19%	
IRPJ e CSLL diferido	(26.324)	-42%	(34.035)	-58%	(1.903)	-2%	-23%	1688%
	<u>(27.141)</u>	<u>-43%</u>	<u>(34.720)</u>	<u>-59%</u>	<u>(2.633)</u>	<u>-2%</u>	<u>-22%</u>	<u>1219%</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								
	<u>100.569</u>	<u>160%</u>	<u>44.978</u>	<u>77%</u>	<u>143.711</u>	<u>127%</u>	<u>124%</u>	<u>-69%</u>
Participação de minoritários	(437)	-1%	(4.171)	-7%	(2.526)	-2%	-90%	65%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								
	<u>100.132</u>	<u>159%</u>	<u>40.807</u>	<u>70%</u>	<u>141.185</u>	<u>125%</u>	<u>145%</u>	<u>-71%</u>

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIÇÕES - AH	
	31/12/2019	ΔV	31/12/2018	ΔV	31/12/2017	ΔV	31/12/2019 e 31/12/2018 e	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	158.765	9%	62.460	4%	81.061	5%	154%	-23%
Títulos e valores mobiliários	416.792	24%	440.905	28%	411.688	25%	-5%	7%
Créditos com Operações Financeiras	-	0%	1.483	0%	372	0%	n/a	299%
Juros sobre Debêntures	-	0%	-	0%	10.917	1%	n/a	n/a
Dividendos a receber	13.770	1%	29.774	2%	15.345	1%	-54%	94%
Alienação de investimentos	-	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Contas a receber	2.261	0%	3.087	0%	3.651	0%	-27%	-15%
Estoque de imóveis a comercializar	791	0%	993	0%	-	0%	-20%	n/a
Impostos a recuperar	17.933	1%	8.492	1%	6.683	0%	111%	27%
Outros	1.025	0%	4.962	0%	2.306	0%	-79%	115%
Total do ativo circulante	611.337	36%	552.156	35%	532.023	33%	11%	4%
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo:								
Títulos e valores mobiliários	528	0%	301	0%	-	0%	75%	n/a
Partes relacionadas	987	0%	2.479	0%	2.538	0%	-60%	-2%
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoque de imóveis a comercializar	103.690	6%	97.700	6%	99.914	6%	6%	-2%
Juros sobre Debêntures	-	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Outros	3.883	0%	3.865	0%	3.866	0%	0%	0%
Investimentos em controladas e coligadas	842.201	49%	864.505	55%	939.326	58%	-3%	-8%
Propriedade para investimentos	46.205	3%	49.926	3%	49.438	3%	-7%	1%
Outros investimentos	84.954	5%	203	0%	183	0%	41749%	11%
Imobilizado	11.468	1%	1.211	0%	1.311	0%	847%	-8%
Intangível	53	0%	59	0%	92	0%	-10%	-36%
Total do ativo não circulante	1.093.969	64%	1.020.249	65%	1.096.668	67%	7%	-7%
TOTAL DO ATIVO	1.705.306	100%	1.572.405	100%	1.628.691	100%	8%	-3%
PASSIVO CIRCULANTE								
Salários e encargos sociais	1.108	0%	1.324	0%	1.432	0%	-16%	-8%
Impostos e taxas a recolher	4.360	0%	2.032	0%	1.335	0%	115%	52%
Dividendos e JCP a pagar	7.775	0%	17.930	1%	99	0%	-57%	18011%
Provisão para perda de investimentos	-	0%	-	0%	120	0%	n/a	n/a
Fomecedores	460	0%	818	0%	3.340	0%	-44%	-76%
Obrigações com Operações Financeiras	93.101	5%	121.803	8%	141.424	9%	-24%	-14%
Obrigações fundos exclusivos	1.713	0%	2.784	0%	843	0%	-38%	230%
Contas a pagar aquisição de imóveis	-	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Empréstimo e Financiamentos Nacionais	4.770	0%	8.032	1%	11.504	1%	-41%	-30%
Empréstimo e Financiamentos Estrangeiros	100.269	6%	9	0%	-	-	114000%	-
Debêntures	445	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Arrendamento a Pagar	1.316	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Total do passivo circulante	215.317	13%	154.732	10%	160.097	10%	39%	-3%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Partes relacionadas	31	0%	31	0%	31	0%	0%	0%
Tributo diferido	162.871	10%	132.774	8%	94.106	6%	23%	41%
Adiantamentos de clientes	-	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Empréstimo e Financiamentos Nacionais	49.069	3%	48.192	3%	51.245	3%	2%	-6%
Empréstimo e Financiamentos Estrangeiros	-	0%	98.241	6%	-	0%	n/a	n/a
Debêntures	200.000	12%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Arrendamento a Pagar	9.532	1%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Provisão para perda de investimentos	2	0%	123	0%	-	0%	-98%	n/a
Outros	580	0%	580	0%	1.084	0%	0%	-46%
Total do passivo não circulante	422.085	25%	279.941	18%	146.466	9%	51%	91%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	716.838	42%	716.838	46%	716.838	44%	0%	0%
Reservas de lucros	369.372	22%	433.201	28%	610.841	38%	-15%	-29%
Ajustes de avaliação patrimonial	(18.306)	-1%	(15.882)	-1%	(6.387)	0%	15%	149%
Tota do patrimônio líquido	1.067.904	63%	1.134.157	72%	1.321.292	81%	-6%	-14%
Participações de minoritários	-	0%	3.575	0%	836	0%	n/a	328%
Tota do patrimônio líquido consolidado	1.067.904	63%	1.137.732	72%	1.322.128	81%	-6%	-14%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.705.306	100%	1.572.405	100%	1.628.691	100%	8%	-3%

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS DE RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIO

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Receitas Operacionais

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 62 milhões de equivalência patrimonial apresentado em 2019, representou um acréscimo de R\$ 7 milhões (12%) em relação ao resultado positivo de R\$ 55 milhões em 2018, principalmente pelos maiores resultados da coligada Klabin S.A. (R\$ 45 milhões em 2019 vs. R\$ 9 milhões em 2018) e das controladas em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A (R\$ 0,1 milhões em 2019 vs. - R\$ 2 milhões em 2018) e Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ 1 milhão em 2019 vs. R\$ 0 em 2018) parcialmente compensado pelo decréscimo de R\$ 32 milhões no resultado da Ultrapar Participações S.A. (R\$ 16 milhões em 2019 vs. R\$ 48 milhões em 2018).

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A variação positiva de R\$ 1 milhão (1,7%) em despesas gerais e administrativas, entre 2019 e 2018, deveu-se principalmente, as menores despesas com administradores (R\$ 5 milhões) e aluguéis e condomínios (R\$ 1 milhão) compensados parcialmente por maiores despesas com pessoal e serviços prestados (R\$ 4 milhões) e tributos (R\$ 1 milhão).

Outras receitas operacionais líquidas

A variação positiva de R\$ 16 milhões (86%) em outras receitas operacionais líquidas, entre 2019 e 2018, deveu-se principalmente a um acréscimo de R\$ 5 milhões na alienação de ativos (R\$ 13 milhões em 2019 vs. R\$ 8 milhões em 2018); a receitas de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (R\$ 11 milhões em 2019 vs. R\$ 1 milhão em 2018) e pelo ajuste a valor justo de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (R\$ 12 milhões em 2019 vs. 0 em 2018) compensados em parte pela redução na receita de royalties (R\$ 0 em 2019 vs. R\$ 7 milhões em 2018) e pela redução do valor justo de propriedades para investimentos (- R\$ 4 milhões em 2019 vs R\$ 0,5 milhões em 2018)

Resultado Financeiro Líquido

A variação positiva do resultado financeiro de R\$ 15 milhões, entre 2019 (R\$ 75 milhões) e 2018 (R\$ 59 milhões), se deve, principalmente, aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação positiva do imposto de renda e contribuição social de R\$ 8 milhões, entre 2019 (-R\$ 26 milhões) e 2018 (-R\$ 34 milhões), refere-se à reversão dos tributos diferidos devido, principalmente, a realização do resultado tributável do CSHG Bucareste III Fundo de Investimento em Ações - Investimento no Exterior e a realização do resultado tributável parcial do Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I – Investimento no Exterior.

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Receitas Operacionais

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 55 milhões de equivalência patrimonial apresentado em 2018, representou um decréscimo de R\$ 56 milhões (50%) em relação ao resultado positivo de R\$ 111 milhões em 2017, devido, aos menores resultados das coligadas Klabin S.A. (R\$ 9 milhões em 2018 vs. R\$ 36 milhões em 2017) e Ultrapar Participações S.A. (R\$ 48 milhões em 2018 vs. R\$ 69 milhões em 2017), e da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (-R\$ 2 milhões em 2018 vs. R\$ 7 milhões em 2017).

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A variação negativa de R\$ 9 milhões (23%) em despesas gerais e administrativas, entre 2018 e 2017, deveu-se principalmente, às maiores despesas com PIS/COFINS corrente, em consequência de maiores receitas financeiras (R\$ 2 milhões) e PIS/COFINS diferido, referente aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*) (R\$ 4 milhões), e outras despesas gerais do empreendimento “Torre 1º de Março” da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (R\$ 2 milhões).

Outras receitas operacionais líquidas

A variação negativa de R\$ 14 milhões (52%) em outras receitas operacionais líquidas, entre 2018 e 2017, deveu-se principalmente à redução em R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A., contabilizada em 2017, parcialmente compensada pelo menor resultado na alienação de ativos em 2018 (R\$ 8 milhões em 2018 vs. R\$ 88 milhões em 2017).

Resultado Financeiro Líquido

A variação positiva do resultado financeiro de R\$ 11 milhões, entre 2018 (R\$ 59 milhões) e 2017 (R\$ 48 milhões), se deve, principalmente, (i) aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*), e (ii) por menores perdas nas operações com instrumentos de proteção.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação negativa do imposto de renda e contribuição social de R\$ 32 milhões, entre 2018 (-R\$ 34 milhões) e 2017 (-R\$ 2 milhões), refere-se à provisão dos tributos diferidos devido, principalmente, à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia em 2018.

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras.

A variação positiva de R\$ 96 milhões (154%) do caixa e a variação negativa de R\$ 24 milhões em aplicações, entre 2019 e 2018, decorre, majoritariamente, pelo recebimento da emissão de debêntures realizada pela Companhia (R\$ 200 milhões), do resgate total do CSHG Bucarest III Fundo de Investimento em Ações - Investimento no Exterior (R\$ 63 milhões), da amortização parcial do Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I – Investimento no Exterior (R\$ 81 milhões), pelos pagamentos de proventos no ano de 2019 (R\$

174 milhões) e liquidação parcial da posição vendida do BOVA 11 (R\$ 83 milhões) em 2019.

Dividendos a Receber

A redução refere-se aos dividendos aprovados de 2018 das investidas Klabin S.A (R\$ 16 milhões) e Ultrapar Participações S.A. (R\$ 11 milhões) recebidos em 2019, e a aprovação de novos dividendos em 2019 das investidas Klabin S.A. (R\$ 11 milhões) e PRS XXIV Incorporadora S.A. (R\$ 2 milhões), para recebimento em 2020.

Impostos a Recuperar

A variação positiva de R\$ 9 milhões refere-se, majoritariamente, ao imposto de renda retido nos resgates de cotas do fundo exclusivo CSHG Bucareste III Fundo de Investimento em Ações - Investimento no Exterior ("FIA Bucareste III") e na amortização parcial do fundo exclusivo Bergen Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I - Investimento no Exterior ("FIA Bergen").

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação negativa de R\$ 22 milhões (3%), entre 2019 e 2018, decorre principalmente (i) da redução do investimento na Klabin S.A. em virtude do reconhecimento de proventos declarados por essa coligada, em valor superior ao resultado de equivalência patrimonial em 2019 (R\$ 24 milhões), (ii) alienação de Units (R\$ 7 milhões) e reflexo de resultados abrangentes (R\$1 milhão), e (iii) do aumento do investimento na Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. pela integralização de capital social (R\$ 2 milhões).

Outros Investimentos

A variação positiva de R\$ 85 milhões refere-se à aquisição e valorização de participação na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, investimento avaliado a valor justo, sem influência significativa.

Imobilizado

A variação positiva de R\$ 10 milhões refere-se ao reconhecimento do direito de uso do imóvel alugado da sede da Companhia, em função da adoção inicial do IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil.

PASSIVO CIRCULANTE

Dividendos e JCP a pagar

O saldo de R\$ 8 milhões refere-se aos juros sobre capital próprio declarados em dezembro de 2019 e pagos em janeiro de 2020.

Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 93 milhões em 2019 contra R\$ 120 milhões em 2018, refere-se majoritariamente à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA) mantida pela Companhia com o objetivo de proteger seus investimentos de cenários político e macroeconômico adversos. A Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.900.260 ações de BOVA11 permanecendo esse saldo inalterado ao final dos exercícios sociais de 2017 e 2016. No final do exercício social de 2018 a quantidade era de 1.417.730 ações e no final do exercício social 2019 a quantidade era de 764.150 ações.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 105 milhões em 2019 refere-se (i) às parcelas do financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março” a serem pagas no exercício social de 2020 (R\$ 5 milhões) e (ii) à liquidação do contrato de empréstimo internacional a serem pagas no exercício social de 2020 (R\$ 100 milhões).

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos Diferidos

A variação positiva de R\$ 30 milhões (23%), entre 2019 e 2018, refere-se aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações de empresas estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

Empréstimos e Financiamentos

A variação positiva de R\$ 102 milhões (70%), entre 2019 e 2018, refere-se, majoritariamente à movimentação entre as contas do passivo não circulante e do passivo circulante do Contrato de Empréstimo Internacional no valor (R\$

100 milhões) e a contratação do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações assinado em novembro de 2019, no valor total de R\$ 200 milhões com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em Junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações.

Arrendamento a Pagar

A variação positiva de R\$ 10 milhões refere-se ao reconhecimento do passivo das obrigações do imóvel alugado da sede da Companhia, em função da adoção inicial do IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil.

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de Caixa

A variação negativa de R\$ 18 milhões (23%), entre 2018 e 2017, decorre substancialmente da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Títulos e Valores Mobiliários

A variação positiva de R\$ 29 milhões (7%), entre 2018 e 2017, decorre principalmente da valorização nos fundos exclusivos da Companhia, devido, majoritariamente, pela valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

Juros sobre Debêntures

A variação negativa de R\$ 11 milhões refere-se ao recebimento em 2018 do saldo dos juros sobre as debêntures de Klabin S.A. que foram convertidas em *Units* em janeiro de 2018.

Dividendos a Receber

O saldo refere-se ao provisionamento de dividendos obrigatórios das investidas Klabin S.A. (R\$ 16 milhões), Ultrapar Participações S.A. (R\$ 11 milhões) e PRS XXIV Incorporadora S.A. (R\$ 2 milhões).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação negativa de R\$ 75 milhões (8%), entre 2018 e 2017, decorre principalmente (i) da redução do investimento na coligada Klabin S.A. em virtude do reconhecimento de proventos declarados por essa coligada, em valor superior ao resultado de equivalência patrimonial em 2018 (R\$ 65 milhões), e (ii) dos reflexos referentes a adoção do IFRS 9 – CPC 48 (Instrumentos Financeiros) na controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 5 milhões) e adoção dos IFRS 9 – CPC 48 e IFRS 15 – CPC 47 (Receita de contratos com clientes) na coligada Ultrapar Participações S.A. (R\$ 5 milhões).

PASSIVO CIRCULANTE

Dividendos e JCP a pagar

O saldo de R\$ 17 milhões refere-se aos juros sobre capital próprio declarados em dezembro de 2018 e pagos em janeiro de 2019.

Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 120 milhões em 2018 contra R\$ 141 milhões em 2017 refere-se à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA) mantida pela Companhia com o objetivo de proteger seus investimentos de cenários político e macroeconômico adversos. A Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.900.260 ações de BOVA11 permanecendo esse saldo inalterado ao final dos exercícios de 2017 e 2016. Em 2018 essa quantidade foi reduzida para 1.417.730 ações.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 8 milhões refere-se às parcelas do financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março” a serem pagas no exercício social de 2019.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Impostos Diferidos

A variação positiva de R\$ 39 milhões (41%), entre 2018 e 2017, refere-se aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função, majoritariamente, da valorização de ações brasileiras e dos ganhos cambiais sobre as ações de empresas estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

Empréstimos e Financiamentos

A variação positiva de R\$ 95 milhões (186%), entre 2018 e 2017, refere-se, majoritariamente, ao contrato de empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano, com vencimento em quatro parcelas

iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100.000) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

10.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Por ser uma *holding* de participações, o resultado operacional da Companhia é composto, principalmente, (i) pela equivalência patrimonial do resultado de suas controladas e coligadas; (ii) por outras receitas operacionais; e (iii) por receitas financeiras. Os parágrafos abaixo descrevem em maiores detalhes cada um desses componentes da receita.

Para demonstrar a relevância de tais componentes na receita da Companhia, é importante destacar os dados constantes da tabela abaixo, que demonstram os montantes oriundos de cada um dos componentes acima descritos:

Componente da Receita	2019	2018	2017
Equivalência patrimonial (participações societárias)	R\$ 62.017 mil	R\$ 55.214mil	R\$ 110.835mil
Outras receitas operacionais	R\$ 38.655 mil	R\$ 19.033mil	R\$ 103.287mil
Receitas financeiras	R\$ 299.808 mil	R\$ 199.044mil	R\$ 101.981mil

Receita de equivalência patrimonial

As receitas provenientes de equivalência patrimonial resultam substancialmente da participação detida pela Companhia no capital social de suas coligadas Ultrapar Participações S.A. e Klabin S.A., que assegura o direito de a Companhia receber os lucros provenientes de tais participações. Em 2019, a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 62 milhões, sendo que R\$ 15,8 milhões provenientes da Ultrapar Participações S.A., R\$ 45,2 milhões provenientes da Klabin S.A., R\$ 1 milhão de outras investidas. Em 2018, a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 55,2 milhões, sendo que R\$ 48,5 milhões provenientes da Ultrapar Participações S.A., R\$ 9,3 milhões provenientes da Klabin S.A., e -R\$ 2,6 milhões provenientes de outras investidas. Em 2017 a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 110,8 milhões, sendo que R\$ 68,7 milhões provenientes de Ultrapar Participações S.A., R\$ 36,5 milhões provenientes de Klabin S.A., e R\$ 5,6 milhões de outras investidas.

Outras receitas operacionais

Em 2019, as outras receitas operacionais foram de R\$ 38,6 milhões, sendo R\$ 12,8 milhões de alienação de ativos da Companhia, R\$ 10,9 milhões de receita de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, R\$ 11,7 milhões de ajuste a valor justo de investimentos, R\$ 2,9 milhões de receita de locação de imóveis e R\$ 0,3 milhões de outras receitas. Em 2018, as outras receitas operacionais foram de R\$ 19,0 milhões, sendo R\$ 7,7 milhões de alienação de ativos da Companhia, R\$ 7,1 milhões de receita de royalties, R\$ 2,9 milhões de receita de locação de imóveis, R\$ 0,5 milhões referentes à avaliação de propriedades para investimento e R\$ 0,8 milhões de outras receitas. Em 2017, as outras receitas operacionais foram de R\$ 103,3 milhões, sendo R\$ 87,9 milhões de alienação de ativos da Companhia, R\$ 7,6 milhões de receita de royalties, R\$ 3,2 milhões de receita de locação de imóveis, R\$ 4,4 milhões de referentes à avaliação de propriedades para investimento e R\$ 0,2 milhões de outras receitas.

Receitas financeiras

Em 2019, as receitas financeiras foram de R\$ 299,8 milhões, sendo R\$ 253,9 milhões de aplicações em títulos e valores mobiliários em renda fixa, renda variável e derivativos realizadas através de fundos exclusivos e não exclusivos, R\$ 16,5 milhões de variação cambial referente a empréstimo estrangeiro, R\$ 5,7 milhões de juros sobre aplicações financeiras da tesouraria da Companhia, R\$ 22,8 milhões de resultado de derivativos, R\$ 0,1 milhões de aluguel de ações e R\$ 0,8 milhões de outras receitas financeiras. Em 2018, as receitas financeiras foram de R\$ 199,0 milhões, sendo R\$ 174,8 milhões de aplicações em títulos e valores mobiliários em renda fixa, renda variável e derivativos realizadas através de fundos exclusivos e não exclusivos, R\$ 8,0 milhões de variação cambial referente a empréstimo estrangeiro, R\$ 6,9 milhões de juros sobre aplicações financeiras da tesouraria da Companhia, R\$ 6,5 milhões de resultado de derivativos, R\$ 1,4 milhões de aluguel de ações e R\$ 1,4 milhões de outras receitas financeiras. Em 2017, as receitas financeiras foram de R\$ 102,0 milhões, sendo R\$ 77,2 milhões de aplicações em títulos e valores mobiliários em renda fixa, renda variável e derivativos realizadas através de fundos exclusivos e não exclusivos, R\$ 14,8 milhões de juros sobre aplicações financeiras da tesouraria da Companhia, R\$ 5,6 milhões de variação monetária das debêntures da coligada Klabin S.A., R\$ 3,6 milhões de aluguel de ações e R\$ 0,8 milhões de outras receitas financeiras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 41 milhões em 2018 para R\$ 100 milhões em 2019, correspondente a um acréscimo de 124%, explicado principalmente: (i) pelo maior resultado de equivalência patrimonial (R\$ 62 milhões em 2019 vs. R\$ 55 milhões em 2018), devido aos maiores resultados das coligadas Klabin S.A. (R\$ 45 milhões em 2019 vs. R\$ 9 milhões em 2018), da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE

S.A. (R\$ 0 em 2019 vs. -R\$ 2 milhões em 2018) e Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ R\$ 1,2 milhões em 2019 vs. R\$ 0 em 2018) parcialmente compensados pelo resultado da Ultrapar Participações S.A. (R\$ 16 milhões em 2019 vs. R\$ 48 milhões em 2018), (ii) por menores outras despesas operacionais (-R\$ 10 milhões em 2019 vs. -R\$ 38 milhões em 2018), devido principalmente, a maiores resultados na alienação de ativos (R\$ 13 milhões em 2019 vs. R\$ 8 milhões em 2018), receita de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (R\$ 11 milhões em 2019 vs. R\$ 1 milhão em 2018), e ao ajuste a valor justo de investimentos (R\$ 12 milhões em 2019 vs. R\$ 0 em 2018) e por fim (iii) pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 75 milhões em 2019 vs. R\$ 59 milhões em 2018).

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 141 milhões em 2017 para R\$ 41 milhões em 2018, correspondente a um decréscimo de 71%, explicado principalmente: (i) pelo menor resultado de equivalência patrimonial (R\$ 55 milhões em 2018 vs. R\$ 111 milhões em 2017), devido aos menores resultados das coligadas Klabin S.A. (R\$ 9 milhões em 2018 vs. R\$ 36 milhões em 2017), Ultrapar Participações S.A. (R\$ 48 milhões em 2018 vs. R\$ 69 milhões em 2017), e da controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (-R\$ 2 milhões em 2018 vs. R\$ 7 milhões em 2017); (ii) por maiores outras despesas operacionais (-R\$ 38 milhões em 2018 vs. -R\$ 14 milhões em 2017), devido principalmente, a maiores despesas com PIS/COFINS, em consequência de maiores receitas financeiras e ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos (R\$ 6 milhões), e pelo menor resultado de Outras Receitas Operacionais (R\$ 14 milhões) devido, majoritariamente, ao menor resultado na alienação de ativos em 2018 (R\$ 8 milhões em 2018 vs. R\$ 88 milhões em 2017); e (iii) parcialmente compensado pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 59 milhões em 2018 vs. -R\$ 48 milhões em 2017).

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por ser uma *holding* de participações, a Companhia depende de resultados positivos de seus investimentos e da distribuição de tais resultados pelas suas sociedades investidas (controladas, controladas em conjunto e coligadas), de modo que parcela substancial do resultado operacional da Companhia é composta pelo resultado de equivalência patrimonial de suas participações societárias. Portanto, qualquer variação das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços existentes na Klabin S.A., na Ultrapar Participações S.A. e nas participações imobiliárias e que tenham o potencial de afetar o lucro líquido de tais controladas e coligadas, podem causar um efeito material no resultado de equivalência patrimonial da Companhia afetando desta forma a sua receita

operacional. Adicionalmente o resultado operacional da Companhia também é composto pelo ajuste da variação do valor justo em suas outras participações societárias não avaliadas por equivalência patrimonial. Sendo assim qualquer variação das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços em suas participações societárias não avaliadas por equivalência patrimonial e que tenha potencial de afetar o lucro líquido de tais sociedades podem causar um efeito material no ajuste a valor justo do investimento afetando dessa forma a receita operacional da Companhia.

Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Tendo em vista que parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia (resultado de equivalência patrimonial) decorre diretamente de sua participação nas coligadas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A., os impactos das variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br) e da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br), bem como na página eletrônica da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>).

Participações Imobiliárias

A Companhia também investe no setor imobiliário no Brasil estando sujeita a variação de preço dos seus estoques de imóveis a comercializar. Em 2017, em decorrência da compressão dos valores locatícios observados na Cidade do Rio de Janeiro, a administração da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (“Novo Rio”) contratou uma avaliação independente para auferir o valor de mercado de seu ativo imobiliário “Torre 1º de Março”. O laudo apontou um valor realizável do ativo imobiliário de R\$ 88 milhões, abaixo do valor contábil de R\$ 157 milhões, resultando em um ajuste negativo no montante de R\$ 69 milhões. Em 2018, foi realizada nova avaliação em que se verificou que o valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março” passou a ser de R\$ 86 milhões, o que gerou ajuste negativo adicional no montante de R\$ 2 milhões. Por fim, na avaliação realizada em 2019, foi verificado que o valor do ativo imobiliário “Torre 1º de Março” passou a ser de R\$ 93 milhões, gerando um ajuste positivo adicional no valor de R\$ 6 milhões.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Tendo em vista que, conforme exposto acima, parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia decorre diretamente de suas participações societárias em Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. entre outras

participações de menor porte, os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. e de outras participações de menor porte podem impactar o resultado de equivalência patrimonial e por consequência a receita operacional da Companhia. Adicionalmente o resultado operacional da Companhia também é composto pelo ajuste da variação do valor justo em suas outras participações societárias não avaliadas por equivalência patrimonial. Sendo assim a inflação, e a variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros impactam o resultado operacional e o resultado financeiro dessas participações societárias não avaliadas por equivalência patrimonial podendo causar um efeito material no ajuste a valor justo do investimento afetando dessa forma a receita operacional da Companhia.

Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Os comentários sobre os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br) e da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br), bem como na página eletrônica da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>).

Resultado Financeiro

Varição no preço de ações, cotas de fundos e variação cambial (através de fundos exclusivos e fundos não exclusivos) - A Companhia mantém, através de seus fundos exclusivos e não exclusivos, investimentos em ações brasileiras e estrangeiras, cotas de fundos e ativos com exposição positiva ao dólar (ex. dólar futuro). Dessa forma, parcela dos resultados financeiros da Companhia está suscetível à variação nos preços de ações negociadas em bolsa, cotas de fundos e variação cambial, desse modo, a flutuação dos preços das ações negociadas em bolsa, cotas de fundos e do dólar afeta o resultado dos fundos exclusivos e não exclusivos que detêm ações brasileiras e estrangeiras, cotas de fundos e ativos com exposição positiva ao dólar, afetando consequentemente o resultado financeiro da Companhia.

Varição no preço de ações – Índice Bovespa futuro e BOVA 11 – Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia aluga e vende a descoberto ações de BOVA11 e contratos de índice Bovespa futuro. Dessa forma, o resultado referente a estas operações está suscetível à valorização do Índice Bovespa e BOVA11, afetando negativamente o resultado financeiro da Companhia.

Taxa de Juros – Como a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e fundos de Renda Fixa, a flutuação da taxa de

juros pode afetar a parcela dos resultados financeiros que está suscetível à variação das taxas de juros. Há também um financiamento atrelado à Taxa Referencial (TR) contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., um empréstimo contraído pela Companhia em moeda estrangeira, convertido para reais e cuja taxa de juros é atrelada à variação do CDI, e debêntures emitidas pela Companhia com remuneração atrelada ao CDI. Desta forma a variação positiva dos juros referentes a tal financiamento, empréstimo e debenture, caso haja, impactam negativamente o resultado financeiro da Companhia.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou segmentos operacionais que tenham tido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

(i) Extinção de fundo exclusivos

A Companhia realizou a liquidação total das cotas fundo exclusivo CSHG Bucarest III Fundo de Investimento em Ações - Investimento no Exterior.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 1.264.800 units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e capital de giro da Companhia.

(iii) Outras alienações de participações societárias

A Companhia alienou 4.000 ações ordinárias e 1.600.000 ações preferenciais da Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A., representando a totalidade de sua participação na investida.

A Companhia alienou 90.000 cotas da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda, representando a totalidade de sua participação na investida.

(iv) Novas participações

A Companhia atingiu a participação de 7,83% na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, através do FIA Bergen, sem influência significativa.

A Companhia adquiriu 200.000 cotas do Fundo de Investimento Imobiliário BTG Pactual Shoppings dedicados à aquisição de empreendimentos imobiliários voltados para o uso comercial, caracterizados como shopping centers.

A Companhia adquiriu 147.327 cotas do Perfin Ares 2 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

(i) Extinção de controladas

A investida M.A. Investimentos Imobiliários S.A. foi extinta por decisão de seus sócios, mediante instrumento de distrato.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 188.700 *units* da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 353.400 ações ordinárias da Ultrapar Participações S.A., destas 270.000 para sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.

Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iv) Novas participações

A Companhia adquiriu a totalidade do Narvik Fundo de Investimento em Ações – BDR Nível I – Investimento no Exterior (“FIA Narvik”) através do aporte da totalidade dos BDRs de propriedade de seu fundo exclusivo FIA Bergen.

A Companhia adquiriu 20.142 quotas, representando 15% do capital da Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda. que tem como objeto social a locação, arrendamento, ou licenciamento de uso de marcas e outros bens próprios e direitos de qualquer natureza.

A Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações

(FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

(i) Extinção de controladas e fundo exclusivo

A investida MASA Administradora de Recursos Financeiros Ltda. foi extinta por decisão de seus sócios, conforme instrumento de distrato.

A investida MASA Corretagem de Seguros Ltda. foi extinta por decisão de seus sócios, conforme instrumento de distrato.

A Companhia liquidou e encerrou o Oslo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, tendo a Companhia assumido a carteira de seus ativos e passivos.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 850.100 units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 1.374.300 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iv) Novas participações

A Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica.

10.4 - Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Considerando que a Companhia é uma holding de participações, alterações em práticas contábeis das investidas podem trazer reflexos nos registros desses investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 2019, houve a adoção do IFRS 16 – CPC 06 (R2) (Arrendamentos), que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Em 2018, houve adoção pela controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. do IFRS 9 – CPC 48 (Instrumentos Financeiros) e pela coligada Ultrapar Participações S.A. do IFRS 9 – CPC 48 e do IFRS 15 – CPC

47 (Receita de contratos com clientes), que impactaram diretamente as demonstrações financeiras da Companhia.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017 que tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras do exercício social de 2017 da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças nas práticas contábeis em 2019 referidas no item “a”, trouxeram o impacto de R\$10 milhões referente a adoção pela Companhia do IFRS 16 – CPC 06 (R2) (Arrendamentos).

As mudanças nas práticas contábeis em 2018 referidas no item “a”, trouxeram os seguintes impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, (i) adoção do IFRS 9 – CPC 48 (Instrumentos Financeiros) na controlada em conjunto Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (R\$ 6 milhões) e adoção dos IFRS 9 – CPC 48 e IFRS 15 – CPR 47 (Receita de contratos com clientes) na coligada Ultrapar Participações S.A. (R\$ 5 milhões).

No exercício social de 2017, considerando que não houve alterações significativas nas práticas contábeis, não existiram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras no exercício social de 2017 da Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017, o relatório do auditor trouxe a ênfase de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM.

A determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15).

Não houve ressalvas nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a

descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Administração da Companhia destaca que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas, as quais, caso alteradas, podem acarretar uma alteração contábil relevante nas demonstrações financeiras do emissor e que requerem o uso de estimativas e julgamentos subjetivos necessários para auferir os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

As premissas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram baseadas em conhecimento e experiência da Administração, de especialistas e de auditores.

Avaliação de influência significativa nas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

No final do exercício social de 2019, a Monteiro Aranha S.A. detinha 6,65% da Klabin S.A. ("Klabin") e 4,20% da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), percentuais inferiores aos destacados pelo CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e no *IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures* como indicadores de influência significativa em uma investida. Por esse motivo a Administração precisa exercer julgamento e buscar outros indicativos para determinar a existência dessa influência significativa nas duas investidas que suporte a consequente aplicação do método de equivalência patrimonial para valorização desses investimentos. A existência de influência significativa por investidor geralmente pode ser evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de Administração ou na Diretoria da investida; (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições; (c) operações materiais entre o investidor e a investida; (d) intercâmbio de diretores ou gerentes; e (e) fornecimento de informação técnica essencial. O saldo de investimento que a Companhia possui nas duas investidas perfaziam o montante de R\$ 800 milhões na controladora e no consolidado, representando 46,92% do ativo total

da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, durante o ano de 2019 a Companhia registrou o montante de R\$ 61 milhões relativo à receita de equivalência patrimonial advinda do resultado apurado pelas duas investidas, representando cerca de 62% do lucro líquido individual e consolidado da Monteiro Aranha S.A. em 31 de dezembro de 2019.

A avaliação da influência significativa nos investimentos que a Companhia possui na Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria considerando a magnitude dos valores envolvidos, o percentual de participação abaixo de 20% que a Companhia possui nas duas investidas e o fato do processo de avaliação da influência significativa nesses casos envolver a avaliação de outros aspectos qualitativos e de julgamento com utilização de informações subjetivas.

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) procedimentos de indagação aos representantes da Companhia no Conselho de Administração das duas investidas; (ii) avaliação da assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração dos representantes da Companhia nas duas investidas; (iii) inspeção do acordo de acionistas das investidas que evidenciam como serão a distribuição das cadeiras no Conselho de Administração; e (iv) revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas para determinação da influência significativa nas investidas.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre a avaliação da influência significativa da Companhia nas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. e consequente utilização do método da equivalência patrimonial para sua valorização em 31 de dezembro de 2019 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar

Os estoques de imóveis a comercializar da Companhia são demonstrados pelo custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas, não excedendo seu valor líquido de realização. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado através de suas vendas uma redução do valor recuperável é reconhecida no exercício em que foi determinado que o valor contábil não seja recuperável.

O valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar é revisado pela Administração anualmente levando em consideração estudos de viabilidades

dos projetos, cotações de mercado, laudos de especialistas externos, dentre outras premissas. A revisão do valor recuperável efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 resultou no registro de uma reversão da provisão de R\$ 6 milhões.

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados a avaliação dessa estimativa; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para auxiliar na análise e revisão de laudos externos obtidos pela Administração para suportar o valor recuperável; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre o teste do valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar em 31 de dezembro de 2019 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades que não estivessem evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos relevantes de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de construção não terminada que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. ("SPE"), da qual a Companhia detém indiretamente 40%, possuía financiamento para a construção do empreendimento imobiliário cujo valor na data de 30/10/2018 era R\$ 42 milhões. A Companhia responde de forma solidária com 40% desse valor, participação igual a sua participação no capital social da controlada em conjunto. Nessa mesma data a SPE efetuou a quitação integral desse financiamento, através da portabilidade da dívida para um outro banco, com a taxa de CDI + 1,65% a.a. e prazo de pagamento em 24 parcelas mensais, a partir de novembro de 2018, incluindo 5 meses de carência. O saldo devedor no final do exercício social de 2019 era de R\$ 10 milhões.

Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica

Em 2018, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Também durante o ano de 2018, um compromisso de R\$ 5 milhões assumido anteriormente pela Companhia com um FIP para investimento neste mesmo segmento foi cancelado devido a extinção do FIP. Esses fatos, em conjunto com os compromissos anteriormente assumidos em 2016 e 2017, levaram o valor total comprometido pela Companhia para R\$ 61 milhões. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 14 milhões nestes fundos.

Investimentos em Geração de Energia Elétrica

Em 2019, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte de até R\$ 32 milhões ao longo de cinco anos em Fundo de Investimento e Participações (FIPs) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 16 milhões neste fundo.

Além do exposto acima, não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas ao encerramento do último exercício social.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Embora o estoque em conjunto com o contas a receber da controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A (“SPE”) sejam possivelmente suficientes para a quitação da dívida mencionada em 10.6 (b), na eventualidade de ocorrerem rescisões contratuais (“distrato”) e processos judiciais contra a SPE que impactem adversamente o fluxo de caixa da mesma, a Companhia poderá ser chamada a aportar recursos na referida controlada em conjunto para amortização da referida dívida, capital de giro, entre outras despesas operacionais e financeiras, impactando desta forma o caixa e o resultado da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

O financiamento citado no item 10.6 (b), detido pela controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, destinou-se ao financiamento da construção do empreendimento imobiliário.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O valor do financiamento citado no item 10.6 (b), contratado pela controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. é de R\$ 42 milhões, sendo o saldo de R\$ 10 milhões no final do exercício social de 2019, com taxa de CDI + 1,65% a.a. e amortização em 24 meses a partir de novembro de 2018, com cinco meses de carência. A Companhia responde de forma solidária com 40% desse valor, participação igual a sua participação no capital social da controlada em conjunto.

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A “Torre 1º de Março”, padrão “AAA”, no Centro do Rio de Janeiro, cuja entrega ocorreu em maio de 2017 encontra-se em operação com o funcionamento dos 4 primeiros andares. Negociações estão em curso para a ocupação de espaços adicionais. Para construção desse empreendimento, foi contratado um financiamento no valor de R\$ 61 milhões, cujo saldo atual de R\$ 54 milhões será pago em 68 parcelas mensais a partir de junho/2020, conforme Instrumento Particular de Aditamento, Modificação e Ratificação a Instrumento Particular com Garantia Hipotecária e Outras Avenças assinado em maio de 2019. Há a expectativa de que haverá necessidade de aportes adicionais por parte da Companhia na sua controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., proprietária do empreendimento “Torre 1º. de Março”, para amortização desse financiamento, além da manutenção, pagamento de impostos e taxas de condomínio referente aos andares vagos.

Em 2017, a controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. concluiu e entregou a primeira fase do projeto, o prédio residencial composto de 470 unidades, denominado “Nobre Norte Residencial”, localizado próximo ao “Norte Shopping”, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 40% de participação em parceria com a Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações, que detém 60%. Ao final do exercício de 2019, 89% das unidades haviam sido vendidas, líquidas de rescisões (“distrato”).

Em 2018, a Companhia deu seguimento ao desenvolvimento do empreendimento denominado “Reserva do Conde”, um residencial de 120 unidades, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 25% de participação, em parceria com a Concal Construtora Conde Caldas Ltda., que detém 25%, e Minas Rio Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (empresa pertencente ao Grupo Roma), que detém 50%. O empreendimento foi lançado no último trimestre de 2017 e encontra-se em construção. Ao final do exercício de 2019, 61% das unidades haviam sido vendidas, líquidas de rescisões (“distratos”).

Para os próximos três anos, estão previstos investimentos no valor de R\$ 25 milhões para os projetos imobiliários.

Em 2018, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Também durante o ano de 2018, um compromisso de R\$ 5 milhões assumido anteriormente pela Companhia com um FIP para investimento neste mesmo segmento foi cancelado devido a extinção do FIP. Esses fatos, em conjunto com os compromissos anteriormente assumidos em 2016 e 2017, levaram o valor total comprometido pela Companhia para R\$ 61 milhões. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 14 milhões nestes fundos.

Em 2019, a Companhia se comprometeu a realizar um aporte de até R\$ 32 milhões ao longo de cinco anos em Fundo de Investimento e Participações (FIPs) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Até o final do exercício de 2019, a Companhia havia integralizado R\$ 16 milhões neste fundo.

Ainda em 2019, a Companhia investiu R\$20 milhões no Fundo de Investimento Imobiliário BTG Pactual Shoppings dedicados à aquisição de empreendimentos imobiliários voltados para o uso comercial, caracterizados como shopping centers.

Também em 2019 a Companhia atingiu a participação de 7,83% na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, através do FIA Bergen, sem influência significativa.,

Dando seguimento à constante busca de oportunidades de investimento para o próximo triênio (2020-2022) que gerem valor, a Companhia identificou possíveis novas oportunidades segmentadas da seguinte forma i) R\$ 185 (cento e oitenta e cinco) milhões para investimentos em participações em sociedades, (ii) R\$ 110 (cento e dez) milhões para fundos de investimentos, (iii) R\$ 25 (vinte e cinco) milhões para investimentos em renda fixa de longo prazo e/ou baixa liquidez, e (iv) R\$ 30 (trinta) milhões para investimentos em projetos diversos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Estes investimentos terão como fonte, os lucros retidos na Reserva para Investimentos, nos termos do orçamento de capital, no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, recursos próprios e recursos de terceiros (empréstimos, financiamento bancário para a produção e desenvolvimento de empreendimento imobiliário entre outros).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Considerando que a Companhia é uma *holding* de participações, decisões de investimento e desinvestimento são naturais em suas operações. As decisões de investimentos ou desinvestimentos são aprovadas pelos órgãos decisórios da Companhia de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

Não obstante, os Diretores da Companhia esclarecem que não existem, neste momento, desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montante total gasto pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os seguintes projetos encontram-se em desenvolvimento:

Em 2015, foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

Em 2015, a controlada em conjunto MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A., sobre a qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém

52% de participação, adquiriu terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. O projeto está sendo readequado para unidades menores, visando dar maior liquidez ao produto.

O projeto iniciado em 2016, através da participação de 25% que a Companhia detém na SPE HESA 159, em parceria com a HELBOR S.A. para realização de um projeto multiuso em terreno adquirido da Semp Toshiba, está sendo submetido à nova aprovação para aproveitamento da alteração da legislação vigente que possibilitou o acréscimo da área privativa vendável.

A controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. vem analisando o desenvolvimento da segunda fase do projeto localizado próximo ao "Norte Shopping", na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 40% de participação em parceria com a Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações, que detém 60%.

iv. montante total gasto pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia gastou no desenvolvimento dos projetos citados no item anterior o montante total de R\$ 33,6 milhões.

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção, incluindo informações relevantes sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

(ii) Deliberar sobre a revisão anual do orçamento de capital.

De acordo com o previsto no artigo 196, §2º da Lei 6404/76, com a redação dada pela Lei n.º 10.303 de 31.10.2001, a Administração da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia") conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 25 de março de 2020, vem apresentar a presente proposta de revisão anual do Orçamento de Capital.

A proposta de revisão do Orçamento de Capital para o período 2018 a 2022, , totaliza o montante de R\$ 350 (trezentos e cinquenta) milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 185 (cento e oitenta e cinco) milhões para investimentos em participações em sociedades, (ii) R\$ 110 (cento e dez) milhões para fundos de

investimentos, (iii) R\$ 25 (vinte e cinco) milhões para investimentos em renda fixa de longo prazo e/ou baixa liquidez, e (iv) R\$ 30 (trinta) milhões para investimentos em projetos diversos.

Estes investimentos terão como fonte, os lucros retidos na Reserva para Investimentos, nos termos deste orçamento de capital, no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, no montante total de R\$ 282 (duzentos e oitenta e dois) milhões, recursos próprios no montante de R\$ 40 (quarenta) milhões e recursos de terceiros no montante de R\$ 28 (vinte e oito) milhões.

(iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 100.131.561,77.

A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação:

a) R\$ 5.006.578,09 para a conta de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido realizado no exercício social de 2019, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76;

(b) R\$ 23.781.245,92 a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, nos termos da legislação em vigor e conforme estatuto social da Companhia;

(c) o saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 71.374.537,59, à conta de reserva de investimentos, para realização de investimentos de interesse da Companhia, com base em orçamento de capital proposto pela Administração.

A Companhia apresenta abaixo a destinação do lucro líquido conforme a Instrução da CVM nº 481/09.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (Anexo 9-1-II da IN CVM nº 481/ 2009)

1 - Informar o Lucro Líquido do exercício:

Em 2019, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 100.131.561,77. O lucro líquido ajustado para efeitos de cálculo do valor a ser imputado aos dividendos

mínimos obrigatórios é de R\$ 95.124.983,68, calculado da seguinte forma (valores em R\$):

- a) Lucro LíquidoR\$100.131.561,77
- b) Constituição de Reserva Legal (5% do lucro líquido)R\$ 5.006.578,09

Lucro para cálculo do Dividendo Mínimo (conforme Estatuto) ...R\$ 95.124.983,68

Dividendo Mínimo Obrigatório conforme Estatuto 25%R\$ 23.781.245,92

2 - Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados:

No exercício social de 2019 a Companhia declarou proventos no valor global de R\$ 164 milhões equivalente a R\$ 13,39 por ação, sendo R\$ 99 milhões em dividendos e R\$ 65 milhões em juros sobre capital próprio.

3 - Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

No exercício social de 2019 a Companhia distribuiu dividendos, atribuídos ao lucro do exercício social de 2019, no montante de R\$ 23.781.245,92, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social de 2019 (R\$ 95.124.983,68).

4 - Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercício anteriores:

No exercício social de 2019 a Companhia distribuiu o valor global de R\$ 140.218.754,08 com base em lucro de exercício anteriores, sendo R\$ 75.218.754,08 em dividendos e R\$ 65.000.000,00 em juros sobre capital próprio.

5 - Informar saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados:

Não aplicável, pois não existe saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e os juros sobre o capital próprio, já declarados.

6 - Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio, já declarados

No exercício social de 2019, foram declarados dividendos no valor de R\$ 23.781.245,92, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

<u>Início Pagto.</u>	<u>Valor Pago</u>
01/08/2019	14.000.000,00
01/10/2019	9.781.245,92

7 - Fornecer tabela comparativa, indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido (R\$)	Valor por Ação (R\$)
2019	100.131.561,77	8,17
2018	39.836.828,54	3,25
2017	141.184.882,21	11,52

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio, distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Dividendo declarado no exercício - R\$	Dividendo por Ação - R\$	Dividendo pago no Exercício - R\$
2019	99.000.000,00	8,08	98.967.110,70
2018	125.000.000,00	10,20	124.962.807,27
2017	41.000.000,00	3,35	40.990.065,41

Exercício	JCP declarado no exercício - R\$)	JCP por Ação R\$	JCP pago no Exercício - R\$
2019	65.000.000,00	5,31	75.157.263,79
2018	81.000.000,00	6,61	63.172.145,62
2017	94.000.000,00	7,67	93.979.830,74

8 - Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

No exercício social de 2019, foram destinados R\$ 5.006.578,09 à reserva legal.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	Percentual - %	R\$
Lucro de 2019		100.131.561,77

Destinação de Lucros à Reserva Legal	5%	5.006.578,09

9 - Informar, caso a companhia detenha ações preferências, com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica a Companhia, pois todas as ações emitidas são ordinárias nominativas.

10 - Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Artigo 26 – Dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento).

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório foi pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não existem dividendos obrigatórios retidos.

11 - Informar, caso haja retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não existem dividendos obrigatórios retidos.

12 - Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Não se aplica, pois a Companhia não possui reserva de contingências.

13 - Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica, pois a Companhia não possui reserva de lucros a realizar.

14 - Havendo destinação de resultado para reserva estatutária:

Não se aplica, pois a Companhia não possui reserva estatutária.

15 - Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção

O montante de retenção previsto em orçamento de capital do lucro do exercício social encerrado em 31/12/2019 é de R\$ 71.374.537,59

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

De acordo com o previsto no artigo 196, §2º da Lei 6404/76, com a redação dada pela Lei n.º 10.303 de 31.10.2001, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 25 de março de 2020, a Administração da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia") vem apresentar a presente proposta de revisão anual do Orçamento de Capital.

A proposta de revisão do Orçamento de Capital para o período 2018 a 2022, , totaliza o montante de R\$ 350 (trezentos e cinquenta) milhões, assim distribuídos: (i) R\$ 185 (cento e oitenta e cinco) milhões para investimentos em participações em sociedades, (ii) R\$ 110 (cento e dez) milhões para fundos de investimentos, (iii) R\$ 25 (vinte e cinco) milhões para investimentos em renda fixa de longo prazo e/ou baixa liquidez, e (iv) R\$ 30 (trinta) milhões para investimentos em projetos diversos.

Estes investimentos terão como fonte, os lucros retidos na Reserva para Investimentos, nos termos deste orçamento de capital, no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 1976, no montante total de R\$ 282 (duzentos e oitenta e dois) milhões, recursos próprios no montante de R\$ 40 (quarenta) milhões e recursos de terceiros no montante de R\$ 28 (vinte e oito) milhões.

16 - Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:

Não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

(iv) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos administradores.

A Administração propõe a fixação da remuneração global dos administradores em R\$ 10.932.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta e dois mil reais).

A Companhia apresenta abaixo o item 13 do Formulário de Referência conforme a Instrução da CVM de nº 481/09.

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a) objetivos da política ou prática de remuneração

Apesar de a Companhia não possuir uma política de remuneração aprovada, a prática de remuneração da Companhia tem por objetivo oferecer aos administradores da Companhia um pacote de remuneração competitivo que os recompense adequadamente, respeitando a legislação vigente.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração, Comitê de Coordenação Executiva e Comitê de Estratégia

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Coordenação Executiva e de Estratégia é composta por remuneração fixa, que inclui honorários e benefícios diretos e indiretos, incluindo entre outros assistência médica, plano de previdência privada e seguro de vida.

O objetivo desses elementos de remuneração é recompensar os membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e do Comitê de Estratégia adequadamente, respeitando a legislação vigente.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é composta por honorários, benefícios diretos e indiretos, incluindo entre outros assistência médica, plano de previdência privada e seguro de vida. O objetivo da remuneração é recompensar os membros da Diretoria Estatutária adequadamente, respeitando a legislação vigente.

Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, observará o previsto no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), ou seja, será fixada pela Assembleia Geral que eleger seus membros, e será estabelecida, para cada membro em exercício, em valor equivalente a, no mínimo, 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Nos últimos três exercícios sociais, o Conselho Fiscal não foi instalado.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2019	2018	2017
Conselho de Administração			
Honorários fixos:	73%	53%	54%
Benefícios:	<u>27%</u>	<u>47%</u>	<u>46%</u>
	100%	100%	100%
Diretoria Estatutária			
Honorários fixos:	75%	74%	76%
Benefícios:	<u>25%</u>	<u>26%</u>	<u>24%</u>
	100%	100%	100%

Os valores da remuneração total do Conselho de Administração incluem aqueles referentes aos membros do Comitê de Coordenação Executiva e do Comitê de Estratégia, uma vez que seus integrantes também são membros do Conselho de Administração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e reajuste de todos os elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária busca manter o poder aquisitivo dos honorários levando em consideração a inflação do período e é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta apresentada pela Administração da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária se justifica em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia, pelas responsabilidades por eles assumidas em razão de seus cargos e busca assegurar um pacote de remuneração competitivo que proporcione o engajamento e a retenção de seus principais administradores, respeitando a legislação vigente.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em 2019, não existiram membros não remunerados pela Companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária não é baseada em indicadores formais de desempenho.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária não é baseada em indicadores formais de desempenho.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração implementada pela Companhia alinha seus interesses de curto, médio e longo prazo, pois é competitiva e equilibrada, ocasionando assim engajamento e a retenção de seus principais administradores e executivos, fatores imprescindíveis para o desenvolvimento da Companhia e de seus interesses no curto, médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos últimos três exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Os membros do Conselho de Administração participam no processo decisório que fixa a remuneração de seus membros e dos membros da Diretoria Estatutária. Os critérios e metodologia utilizados baseiam-se na manutenção do poder aquisitivo dos honorários, levando em consideração a inflação do período, não havendo a utilização de estudos. A avaliação da adequação dos honorários é feita anualmente pelo Conselho de Administração.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais – Previsto (*)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	4.700.000,00		5.420.000,00
Benefícios direto e indireto	800.000,00	1.000.000,00		1.800.000,00
Participações em comitês	1.440.000,00	0,00		1.440.000,00
Outros	432.000,00	940.000,00		1.372.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	230.000,00	670.000,00		900.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Dado que o exercício social de 2020 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	Dado que o exercício social de 2020 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/ Nº02/2020.		
Total da remuneração (**)	3.622.000,00	7.310.000,00		10.932.000,00

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2020 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2019 (*)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	4,00		10,50
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	5.241.604,66		5.961.604,66
Benefícios direto e indireto	355.460,15	1.102.326,21		1.457.786,36
Participações em comitês	840.000,00	0,00		840.000,00
Outros	312.000,00	1.048.320,93		1.360.320,93
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	232.520,64	656.938,32		889.458,96
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	<p>Não houve substituição no Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>		
Total da remuneração (**)	2.459.980,79	8.049.190,12		10.509.170,91

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2019 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2018 (*)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	4,00		10,50
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	390.000,00	6.795.254,00		7.185.254,00
Benefícios direto e indireto	364.206,80	1.563.051,83		1.927.258,63
Participações em comitês	1.161.268,00	0,00		1.161.268,00
Outros	310.253,60	1.359.050,80		1.669.304,40
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	944.745,92	944.076,16		1.888.822,08
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Em 2018, houve a eleição de um novo Conselho de Administração composto por 06 membros. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração (**)	3.170.474,32	10.661.432,79		13.831.907,11

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2018 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2017 (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00		13,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	6.668.048,72		7.028.048,72
Benefícios direto e indireto	867.815,78	1.262.664,26		2.130.480,04
Participações em comitês	1.140.488,36	0,00		1.140.488,36
Outros	300.097,67	1.333.609,74		1.633.707,42
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	479.932,80	816.146,88		1.296.079,68
Cessaçao do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Não houve substituição no Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / N° 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / N° 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	3.148.334,61	10.080.469,60		13.228.804,21

(**)				
------	--	--	--	--

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2017 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há remuneração variável prevista para o exercício social corrente para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, e não ocorreu pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019, 31/12/2018 e 31/12/2017.

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações no exercício social corrente e não houve plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia em vigor nos últimos três exercícios sociais.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações no exercício social corrente e não havia plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia em vigor nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não havia opções em aberto para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos últimos três exercícios sociais, não foram exercidas opções e não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que (1) a Companhia não possuía e não possui plano de remuneração baseado em ações; (2) não havia opções em aberto no final do último exercício social; e (3) não foram exercidas opções e nem houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Ações emitidas pela Monteiro Aranha S.A.						
	Participação Direta		Participação Indireta		Participação Total	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Conselho de Administração ¹	3.793.411	30,96%	2.407.523	19,65%	6.200.934	50,61%

¹ Inclui os valores mobiliários emitidos pela Companhia detidos por membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração que também exercem cargos na Diretoria Estatutária.

O montante total das ações ordinárias de emissão da Companhia detido pelos Administradores está em linha com as informações consolidadas prestadas no formulário Valores Mobiliários Negociados (art.11 da Instr. CVM nº 358) e considera o total das ações detidas pelas sociedades que detêm participação direta na Companhia dos quais os administradores não são os únicos acionistas.

Não existem outras ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, detidos pelos membros do Conselho de Administração, da

Diretoria Estatutária e/ou do Conselho Fiscal que não tenham sido reportados acima.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

<u>Ano: 2019</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6	4
Número de membros remunerados	1	3
Nome do plano	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1	2
Condições para se aposentar antecipadamente	Não há	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	2.819.358,64	7.535.671,02
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	232.520,64	656.938,20
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	6,00	6,50	9,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração (Reais)	2.488.822,24	3.194.056,30	2.916.991,49	1.028.493,15	1.304.423,80	1.642.566,98
Valor da menor remuneração (Reais)	1.442.547,90	2.068.001,81	2.257.929,15	144.000,00	78.000,00	72.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	2.012.297,53	2.665.836,38	2.571.291,38	409.994,85	524.715,19	492.195,11

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2018	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2017	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
Conselho de Administração	
31/12/2019	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2018	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . Valor da menor remuneração apurado com a exclusão de membros do órgão. - O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2017	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de

aposentadoria. Porém, é prática da Companhia conceder uma bonificação quando do desligamento de um administrador de suas funções em razão de aposentadoria ou término do contrato de trabalho.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

% Remuneração das Partes Relacionadas/Total das Remunerações

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria	Total
2019	90%	100%	98%
2018	95%	100%	99%
2017	98%	100%	99%

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos três exercícios sociais, o escritório de consultoria jurídica do qual um conselheiro eleito na Assembleia Geral Ordinária de 2018 é sócio, recebeu valores do emissor conforme abaixo:

	R\$		
	2019	2018	2017
Conselho de Administração	57.300,00	26.184,06	25.250,00

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos três exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.16 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.